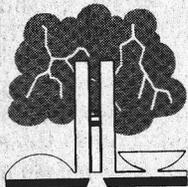


Técnicos concluem que construtora controlava obras do governo Collor

Sérgio Amaral/AE—3/3/93

Análise preliminar indica propinas de 4% a 5% e compromete ex-presidente da CEF

BRASÍLIA — Técnicos da sub-comissão de assuntos patrimoniais da CPI do Orçamento que estão examinando os documentos da Odebrecht concluíram que a empreiteira tinha no governo Collor controle total das obras realizadas pela União e uma lista de políticos e autoridades cuja colaboração interessava à empresa.



Os documentos comprometem principalmente o ex-presidente da Caixa Econômica Federal (CEF) Álvaro Mendonça, classificado como “cliente especial” e que por isso deveria ter tratamento privilegiado da empreiteira. Entre os papéis da Odebrecht, foram encontrados até crachás em branco da Caixa. O que mais chamou atenção dos técnicos foram tabelas detalhadas contendo nomes de obras do governo, custo dos projetos e os parlamentares responsáveis pelas emendas que destinavam recursos à obra.



Álvaro Mendonça: “cliente especial” da empresa

Ao lado de algumas obras, há nomes de outros políticos e percentuais de 4% a 5%. Os parlamentares suspeitos de receberem propina não tiveram os nomes divulgados. Em outros papéis, os deputados José Luiz Maia (PPR-PI), Genebaldo Cor-

reia (PMDB-BA), José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG) e Max Rosenmann (PMDB-PR) são classificados como “clientes especiais”, junto com o ex-ministro Antônio Rogério Magri e dois ex-assessores do Ministério da Ação Social, Walter Anichino e Ramon Arnus.

Os “clientes especiais”, para os técnicos, foram enquadrados em duas categorias. Uns seriam presenteados regularmente com caixas de uísque, vinhos e

aparelhos eletrônicos. Outros não tinham presentes definidos. “Foram usadas siglas, como AMO, AMX”, explicou um técnico do Tribunal de Contas da União (TCU) que ajuda a CPI. “Provavelmente o agrado nestes casos seria em espécie.” (M.A.M.)